



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Tramitado em Sessão

() Aprovado

() Rejeitado

PEDIDO DE INFORMAÇÕES Nº 97/2020

Assunto: Requer esclarecimentos referentes à liberação de auxílio ou vale refeição aos servidores públicos que se encontram em regime “home office” ou rodízio de atendimento, seja por decreto ou normativa pertinente ao Secretário de cada pasta pública, situação decorrente do estado de emergência e calamidade no combate à pandemia da COVID-19

CONSIDERANDO que medidas preventivas e protetivas para minimizar a infecção de patologia COVID-19 que à priori seriam durante 15 dias foram mais exigentes e, hoje passam de 04 meses e continuam as observações e ações para minimizar os danos e infecções dos jacareenses, que por conta disso vários decretos foram expedidos pelo Sr. Prefeito, porém a flexibilização também é de forma lenta e cautelosa;

CONSIDERANDO que há peculiaridade para exercício do atendimento e prestação de serviço na rede pública, uma das mais prejudicadas como exemplo a vinculada à Secretaria de Educação, tendo como desafio o trabalho didático e protagonismo na criatividade;

CONSIDERANDO que num primeiro momento houve a dispensa para todos ficarem em casa e, aos poucos, um rodízio e a diminuição de carga horária, com cautela de menos tempo próximo com a população e também uma medida para atender a necessidade;

CONSIDERANDO as ações administrativas compulsórias no período da quarentena como férias, licença prêmio e o artigo 112ª Licença Doença do Estatuto do Servidor e a retirada do fornecimento do auxílio refeição por “o servidor trabalhar em casa”;

CONSIDERANDO que o auxílio-alimentação é um benefício que visa subsidiar as despesas com a alimentação do trabalhador, concedido pelo empregador ao empregado, seja por força de disposição contida na Convenção ou no Acordo Coletivo da categoria.

CONSIDERANDO, que temos descrito no artigo 458, da CLT que estabelece expressamente que as prestações “*in natura*” pagas habitualmente pelo empregador ao empregado, em decorrência da relação laboral, possuem natureza salarial, incluindo, dentre outros casos, o pagamento pertinente à alimentação, conforme se verifica abaixo:



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Pedido de Informações nº 97/2020 – Vereadora Lucimar Ponciano - fls. 2/3

Art. 458 - *Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.*

CONSIDERANDO, ainda outro ponto que se destaca sobre o tema é relativo à inscrição do empregador, que concede o benefício de auxílio-alimentação ao empregado, no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), isso porque o art. 3º, da Lei nº 6.321/76, dispõe que “não se inclui como salário de contribuição a parcela paga *in natura*, pela empresa, nos programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho” e o Decreto Federal nº 5/2001, que regulamenta o PAT, dispõe expressamente que:

Art. 6º Nos Programas de Alimentação do Trabalhador (PAT), previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, a parcela paga in natura pela empresa não tem natureza salarial, não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e nem se configura como rendimento tributável do trabalho.

REQUEREMOS ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, e cumpridas as formalidades regimentais, seja encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal de Jacareí o seguinte **Pedido de Informações** solicitando esclarecimentos quanto à liberação do auxílio ou vale refeição aos servidores públicos prestadores de serviço “home office”, ou rodízio por atendimento, seja pelo decreto ou normativa pertinente ao secretário de cada pasta pública:

- 1) Diante do exposto no Boletim Oficial de Nº 1335 Jacareí, 3 de julho de 2020 - Instrução Normativa nº 04, de 26 de junho de 2020. **CONSIDERANDO** a retomada das atividades dos professores na Secretaria Municipal de Educação em 04 de maio de 2020, conforme Decreto nº 1.023/2020 e o retorno das aulas na modalidade a distância; O Sr. Carlos Felipe Sepinho Aparecido, Secretário da Administração. Acompanhando e conversando com professores da rede, há o comprometimento em dar toda a assistência ao aluno e aos pais. E devido a horário de trabalho dos pais acaba excedendo a carga horária



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Pedido de Informações nº 97/2020 – Vereadora Lucimar Ponciano - fls. 3/3

do servidor, inclusive se dispõem em atender no sábado e feriado. Cabe ressaltar que existe uma contrapartida o empréstimo da rede Net, energia pois cada professor faz e realiza as explicações tão como dá aulas virtuais. Nestes exemplos qual o motivo de não considerar o vale refeição ou um auxílio pelos préstimos de usar bens particulares para dar aulas e explicações virtuais?

- 2) Há em atividade o Programa de Alimentação Trabalhador (PAT), aprovado pelo Ministério do Trabalho” e descrito no Decreto Federal nº 5/2001?
- 3) Considerando o trabalho dos servidores por direcionamento da administração pública qual a justificativa de não pagar o auxílio, visto que a carga horária do trabalho em casa é superior a 06 horas de trabalho?
- 4) Essa despesa ao servidor público já está prevista no Orçamento de 2020?
- 5) Há um estudo de auxílio emergencial para os servidores que fornecem como colaboração a disposição da rede pública Net, celular particular para atender as atividades de trabalho, tão como esclarecer a chefia ou o munícipe?
- 6) Há um levantamento social como referência o quadro nacional de vulnerabilidade social, com base a renda familiar de até 03 (três) salários mínimos para um auxílio emergencial aos servidores públicos da cidade de Jacareí?
- 7) Quantos e quais secretarias estão trabalhando na forma de rodízio, revezamento e home office na prefeitura? Fazer uma planilha de separação de cargos efetivos e comissionados.
- 8) Quantos servidores existem, com tempo de serviço, com salários das referências 03, 04 e 05?

Ao aguardo de manifestação, subscrevemos.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2020.

LUCIMAR PONCIANO
Vereadora – MDB